



UM OLHAR SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA BAHIA:

**o fiel da balança pende para o enfrentamento dos males do
capitalismo ou os mascara?**

IX Congreso Internacional Rulescoop

*Respuesta de la Universidad a las necesidades de la economía social ante los
desafíos del mercado*

José da Conceição Santana

Mestre, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

E-mail: josesantana@ufrb.edu.br

José Pereira Mascarenhas Bisneto

Doutor, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

E-mail: mascarenhas@ufrb.edu.br

RESUMO

O presente texto versa sobre o desempenho do trabalho e renda dos Empreendimentos Econômico Solidários da Bahia, estado brasileiro situado na região Nordeste do País, tendo como fonte de pesquisa a base de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES 2010 – 2012. Foram levantadas as características predominantes dos sócios e dos empreendimentos, a tipificação e dimensionamento da atividade econômica e situação do trabalho dos(as) sócios(as), bem como se tentou traçar uma dimensão sociopolítica e ambiental percebidas por esses empreendimentos. A partir desse desempenho, busca-se avaliar a forma com que a Economia Solidária se posiciona frente ao desemprego, enquanto política pública de Estado. A análise privilegia o viés teórico marxista, colocando em discussão em que medida essa política cria uma alternativa de enfrentamento ao capitalismo ou mascara os seus efeitos.

PALAVRAS CHAVES: Economia Solidária; Políticas Públicas; Trabalho e Renda; Capitalismo; Desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Hunt (1989), o desenvolvimento histórico das forças produtivas mostra que os sistemas econômicos - para sua sobrevivência - têm de atender as necessidades mínimas para repor o uso dos meios de produção e sustentar o esforço humano produtivo, além de gerar excedentes sociais, valendo-se da sua capacidade de tecnologia produtiva e extração de matérias primas da natureza. Essa evolução histórica também mostra, por outro lado, que dois grupos sociais se sobressaem nas relações sociais de produção. Há um grupo, formativo da base maior da população que trabalha exaustivamente na sustentação e perpetuação do sistema, gerando também o excedente social. E, há outro grupo que constitui a menor parcela da sociedade, apropriando-se do excedente e que controla o sistema produtivo.

O capitalismo, enquanto sistema de produção, não foge à regra. Tomando-se esse sistema como a partir de uma separação mais nítida entre o segmento que tem o controle dos meios de produção e aqueles que, sem possuir esses meios de produção, vendem sua força de trabalho para se manter e se reproduzirem, o capitalismo se delinea como um sistema no período que vai da metade do século XVI ao início do século XVII. Ao longo desses quatro séculos de existência, o sistema capitalista vem desenvolvendo sua capacidade crescente de produzir excedente, sustentando-se e ampliando-se, mas também gerando consequências indesejáveis para a vida da maioria da população que está subjugada à condição de desprovida da propriedade dos meios de produção (DOBB, 1977; MARX, 2008; 2011).

A divisão da sociedade humana em estamentos sociais traz no seu bojo, conflitos de interesses e lutas entre classes. Em termos de sistema de produção, Marx (2012) destaca duas classes antagônicas: burguesia (capitalistas, controladores dos meios de produção) e proletariado (trabalhadores que só possuem como propriedade sua força de trabalho, vendendo-a aos capitalistas para sua subsistência e reprodução). A história desse embate secular é marcada por inúmeros episódios de subjugação, mas também por resistências da classe trabalhadora, criando estratégias para conquistas de direitos a uma vida digna.

O recorte do presente artigo se debruça sobre uma das estratégias, dentre tantas, criadas pela classe trabalhadora – notadamente a excluída do processo produtivo sob o controle capitalista – como meio de garantir a sua existência. O propósito é avaliar o que a estratégia denominada de economia solidária impacta na condição de sobrevivência de trabalhadores à margem do processo produtivo capitalista e que se reúnem nos chamados empreendimentos econômicos solidários, concentrando-se a pesquisa naqueles grupos localizados no Estado da Bahia-Brasil. Esses grupos se apresentam como associações¹ ou cooperativas² formais ou mesmo grupos informais, catalogados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES no Brasil.

Portanto, o objeto dessa pesquisa é o conjunto de empreendimentos da economia solidária no Estado da Bahia, catalogados pelo Sistema de Informação da Economia Solidária – SIES, versão 2010-2013 que compõem o segundo mapeamento nacional de empreendimentos econômicos solidários (EES). Mapeamento esse, realizado pela SENAES e apresentado no Atlas da Economia Solidária no Brasil, finalizado em 2013.

¹ As associações têm por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantropia.

² Para a Lei Nº 5.764, de 16/12/1971, celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

O formulário do SIES é composto de 170 questionamentos que aplicados aos empreendimentos, constituem a base das informações para o mapeamento. Para o presente trabalho, extraiu-se uma parcela de informações que foram agrupadas em quatro núcleos, a saber: caracterização dos EES; crédito e investimento; apoio; e, geração de trabalho e renda. No primeiro núcleo constam as informações sobre gênero, faixa etária e categoria social dos associados, atividade econômica do empreendimento, motivação para sua criação e a relação formal/informal dos grupos. No segundo núcleo foram agrupadas as informações sobre acesso a crédito e investimentos realizados. O terceiro núcleo abrange as ações de assessoria, treinamentos e qualificações que os empreendimentos receberam. O último núcleo contempla as informações com resultados sobre renda obtida pelos trabalhadores. A partir dessas informações e respectivo agrupamento, procedeu-se uma discussão analítica sobre o conjunto dos empreendimentos no Estado da Bahia. Essa análise teve como base teórica, a bibliografia que serviu de referência.

O desenvolvimento do texto contempla: breve histórico analítico da Economia Solidária; aspectos teóricos sobre o trabalho x capitalismo; análise de questões levantadas pelo SIES, caracterizando a Economia Solidária na Bahia e conclusões fundamentadas nos tópicos expostos.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS

As origens da economia solidária - para um significativo número de autores - remonta aos primórdios da revolução industrial, sendo associada ao movimento cooperativista que surgiu como estratégia para fazer frente ao desemprego e exploração de trabalhadores, impostos pelo sistema capitalista.

A economia solidária é uma forma econômica que tem como discurso ideopolítico a incorporação de valores tais como: autogestão, solidariedade, o ser humano como centro, comércio justo, princípios éticos e sustentáveis, um Estado forte e voltado para o bem estar da sociedade como um todo e uma democratização do poder, da riqueza e do saber. Suas atividades econômicas são organizadas e realizadas solidariamente pelo conjunto de trabalhadores. Esses, se dispõem a gerir a produção, distribuição, consumo, poupança e crédito de forma coletiva e autogerida. Em geral, as práticas abrangem o comércio ambulante, pequenas oficinas, serviços autônomos, agricultura de subsistência, artesanato e assemelhados, agrupando trabalhadores excluídos do mercado formal de salário. A sua configuração é, geralmente, de unidade de pequeno porte, poucos trabalhadores ou grupos familiares. Apresenta uma formação simples na sua estrutura de divisão de trabalho e de hierarquia, guiando-se por iniciativas de autogestão. (ARROYO, 2006; BARBOSA, 2012; SINGER, 2002;).

Para Barbosa (2012, p.136), um traço característico dos empreendimentos econômicos solidários é a “informalidade nas relações de trabalho, na estruturação organizacional e na base legal dos procedimentos fiscais, tributários, sanitários e trabalhistas”. Essa presença forte da informalidade, ao tempo em que leva a uma improvisação tanto das práticas produtivas e comerciais, pode, por outro lado, possibilitar uma nova cultura do trabalho, “onde o processo produtivo atenderia às necessidades de consumidores, mas também dos próprios trabalhadores produtores, um trabalho mais prazeroso e solidário”. Seu universo abrange os catadores de material reciclável, pequenos fabricos de confecções, agricultura familiar e empresas falimentares, dentre outros. Enquanto campo de trabalho se caracteriza, de um lado, com pouca qualificação produtiva, tecnologia precária e por intenso uso da mão de

obra em comparação à média do ramo em que atua. Tem uma forte dependência do mercado, margem de investimentos bastante restrita e vive na sombra das grandes e médias empresas. Por outro lado, há um campo com baixa lucratividade para o capitalismo, onde esses empreendimentos têm chances de instalação, observando-se que é um campo de raio de comercialização circunscrita à vizinhança ou quando muito a lugares adjacentes.

A indústria nascente do século XIX, impunha aos trabalhadores um processo de exploração sobre humana que incluía jornada de até 15 horas ao dia, uso de trabalho infantil e condições insalubres que abreviava-lhes a vida por exaustão e precariedade. Como saída, os trabalhadores se organizaram em grupos cooperativos. O movimento cooperativista contou com pensadores que idealizavam uma sociedade baseada no mutualismo, no cooperativismo e na solidariedade, tendo Saint-Simon, Charles Fourier, Pierre Proudhon e Robert Owen como o grupo de principais ideólogos. Experiências nesse sentido foram tentadas, a exemplo das *aldeias cooperativas* (Inglaterra) e *New Harmony* (Estados Unidos) colocadas em prática pelo industrial Owen e os *falanstérios* proposto por Fourier, as quais pretenderam construir um mundo à parte do capitalismo, onde a miséria e a injustiça pudessem ser eliminadas. Essas tentativas fracassaram e Karl Marx atribuiu a isso, a não proposição de um modelo transformador da sociedade. A cooperação e a igualdade não poderiam se edificar espontaneamente, haja vista a assimetria das forças dominantes em contrário. O modelo proposto estava mais na influência dos seus criadores do que na organização autônoma da classe trabalhadora. Esses idealizadores foram denominados de socialistas utópicos por Marx. Entretanto, as ideias não foram apagadas e geraram outras tentativas de enfrentamento, tendo como marco histórico os artesões de Rochdale. Desse marco, originaram-se os princípios do cooperativismo³ que norteiam as cooperativas até os dias atuais. (ARROYO, 2006; NUNES, 2011; SINGER, 2002;).

Ao longo da história, o movimento cooperativista oscilou entre o avanço e o retrocesso. Essa oscilação tem, em geral, uma relação com as crises capitalistas e os períodos de crescimento ou estabilidade, respectivamente. No século XX, como forma de superação da Grande Depressão de 30, o economista John Maynard Keynes propõe como solução a intervenção do Estado na economia promovendo o seu aquecimento, através do gasto estatal, resgatando ideias proposta por Owen. O modelo keynesiano e os gastos maciços dos governos envolvidos na Segunda Guerra Mundial provocam o fim da crise e o mundo capitalista experimenta grande desenvolvimento econômico e tecnológico. Como consequência, o mundo passa por grandes transformações e por um período de mais de três décadas de crescimento sem crises (os “Trinta Anos Gloriosos”). Os teóricos do capitalismo mais otimistas chegam a apregoar a superação dos problemas sociais, embalados pela instauração do *Welfare State* na Europa Central e no progresso econômico dos Estados Unidos da América. Esse período tem um impacto negativo e de forma significativa sobre o cooperativismo. A melhoria dos transportes e a facilidade para adquirir veículos particulares, o advento dos complexos comerciais (supermercados e lojas de departamentos), o avanço dos conglomerados e a cultura do individualismo impõem uma recessão no movimento solidário (HUNT, 1989).

O esgotamento do modelo keynesiano se depara com as crises do petróleo dos anos 70 e novas crises cíclicas do capitalismo se instalam, produzindo os efeitos colaterais: recessão e desemprego, tendo as classes trabalhadoras como vítimas

³ Os princípios cooperativistas definidos pela ACI (Aliança Cooperativa Internacional) são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam à prática os seus valores e, na atualidade são os seguintes: Adesão livre e voluntária; Gestão democrática pelos membros; Participação econômica dos membros; Autonomia e independência; Educação, formação e informação; Intercooperação; Interesse pela comunidade; e Preservação do Meio Ambiente.

principais. As dívidas governamentais levam à adoção da política neoliberal, como saída para o ajuste fiscal. Adota-se a privatização das estatais em larga escala, redução do quadro de funcionários públicos e das políticas de proteção social. Liderado pelos governos Thatcher (Inglaterra) e Reagan (EUA) e logo seguido pelo mundo capitalista, o aperto fiscal provoca recessão e exclusão social, fazendo ressurgir a força do movimento cooperativista e associativo que incorpora à demanda econômica, demandas sociais, políticas, étnicas e ambientais. O alvorecer do século XXI contabiliza um crescimento importante nos grupos de caráter associativo/cooperativo. A Europa atinge um milhão de associações em 1995. No Brasil, o Atlas da Economia Solidária aponta para cerca de 22.000 empreendimentos solidários mapeados até o ano 2007 e a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB contabiliza em 2011 cerca de 6.600 cooperativas associadas ao sistema (ARROYO e SCHUCH 2006; MTE, 2015; OCB, 2015; SINGER, 2002).

A opção dos governos brasileiros durante a crise capitalista dos anos 80/90 não diferiu da opção neoliberalista e o país buscou se inserir no capitalismo mundial, abrindo sua economia de forma irrestrita aos ditames do capital, inclusive aderindo à financeirização como modo de manter o fluxo de capitais. Resulta desse processo, a desindustrialização, com a supressão de enormes levas de postos de trabalho e mais uma vez os trabalhadores arcam com os efeitos maléficos da crise capitalista, sendo empurrado para formas alternativas de sobrevivência. Surgem pequenos projetos destinados a gerar trabalho e renda, financiados por entidades não governamentais, a exemplo da Cáritas (organização ligada à Igreja Católica). Por outro lado, o setor rural sofre com o avanço do agronegócio de grande porte, à sombra do Governo Militar que assumiu o comando do país de 1964 a 1985, excluindo grandes contingentes de trabalhadores que, despossuídos de meios de produção, unem-se como forma de luta, organizando-se no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST em 1980. Daí surgem núcleos cooperativos nos assentamentos rurais, de caráter autogestionários, diferenciando-se das cooperativas agrícolas da primeira metade do século XX – baseadas principalmente no Sul e Sudeste - transformadas em grandes complexos agroindustriais e comerciais (ARROYO, 2006; MST, 2013).

De acordo Barbosa (2012), no Brasil, na luta pela sobrevivência e no terreno das contradições capitalistas, floresceram entidades associativas – instigadas por entidades não governamentais (ONGs) e religiosas – que aos poucos se notabilizaram, fazendo surgir pontualmente apoio governamental, notadamente de municípios ou estaduais ligados à ideologia de esquerda. Esse movimento se interligou a outros semelhantes internacionalmente, resultando no Fórum Mundial Social que serviu de articulador e de vitrine para a consolidação da união das diversas correntes, desaguando na Economia Solidária entre nós no alvorecer do século XXI, tendo a região Sul como destaque nesse caminhar. No entanto, essa configuração não chega a ter como seu ponto principal, um enfrentamento à hegemonia vigente, atendo-se mais ao fortalecimento da sociedade civil:

Por meio dessas práticas econômicas há o chamado ao consumo responsável, derivado de um comércio justo ou comércio ético e solidário, e baseado na crítica ao consumismo do capitalismo que promove por um conjunto amplo de mediações a alienação social e, também na noção de desenvolvimento sustentável, orientado pela prática de negação dos produtos fabricados em condições de exploração do trabalho humano e de agressão ao meio ambiente (BARBOSA, 2012, p.143).

Contudo, é uma articulação organizada de trabalhadores tanto na área rural, como na urbana e que vai se constituir no surgimento da economia solidária no Brasil. Esses grupos têm o suporte de instituições universitárias via projetos de extensão, levado a efeito pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPS. Em 1999 a Central Única dos Trabalhadores – CUT cria a Agência de

Desenvolvimento Solidário – ADS, com a finalidade de difusão de conhecimentos e fomento da economia solidária para lideranças sindicais e grupos associados pelo país. No processo de consolidação do movimento da economia solidária, cabe ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES (fundado em 2003) o papel de principal articulador, congregando dezesseis entidades nacionais de diversas representações da economia solidária nacional. Essa articulação resultou na criação, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, ligada ao primeiro escalão do Ministério do Trabalho e Emprego, com a missão de consolidar e expandir a economia solidária no Brasil, elevando-a à categoria de política pública. (ARROYO, 2006; BARBOSA, 2012; FBES, 2013; MST, 2013; SINGER, 2002).

Mas, assinala Barbosa (2012), apesar de representar um avanço estratégico na luta empreendida pelo trabalhador, a economia solidária se debate com uma trajetória sinuosa, na qual se tensionam a narrativa de libertação da vida social do jugo do mercado e a necessidade de reformulações profundas no modo operacional do capital. De um lado, aponta as discussões do Fórum Mundial Social para a produção associada, a diversidade cultural e a sustentabilidade e ambiental como saída - “projeção de espaços não capitalistas” - e de outro um certo acomodamento do cooperativismo ao capitalismo, aderindo ao modelo empresarial para se firmar no mercado, quando não se disfarçam de empreendimentos cooperativos para abocanhar as benesses, mas na prática abandonam os princípios das cooperativas pioneiras, principalmente quanto à participação efetiva dos seus membros.

3. O TRABALHO COMO MEIO DE EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

O trabalhador ao receber uma quantia relativa às horas em que executa um trabalho para o capitalista, não está colocando à venda seu trabalho. Mas, em realidade, coloca à venda sua força de trabalho, da qual o capitalista dispõe para usá-la como lhe convém, na produção de bens ou serviços. Essa força de trabalho é comprada tal como se compra açúcar ou outro material qualquer. Portanto, a força de trabalho é uma mercadoria que tem como medida as horas e que é trocada por outra mercadoria, o dinheiro. O valor de troca de uma mercadoria qualquer, avaliada em dinheiro, é denominado de preço e no caso da mercadoria força de trabalho, esse preço tem uma denominação especial: salário (MARX, 2012).

O que em verdade o trabalhador produz para si não são os produtos do seu trabalho, e sim o seu salário, com o qual adquire outras mercadorias para sua subsistência, vendendo a sua força de trabalho para viver, para assegurar os meios de vida necessários à sua existência. Por essa condição de só dispor de sua força de trabalho para viver, o trabalhador é forçado a alocar constantemente horas diárias do seu tempo a um capitalista, disposto a pagar por essa força de trabalho. O operário, “cuja única fonte de rendimentos é a venda da sua força de trabalho, não pode deixar toda a classe dos compradores, isto é, a classe dos capitalistas, sem renunciar à existência”. Passa a ser então, dependente da classe dos capitalistas e cabe a ele – operário – encontrar um comprador de sua força de trabalho nessa classe (MARX, 2012, p 36/37).

Portanto, para satisfazer a produção de sua vida material, condição básica de manter sua existência, satisfazer outras necessidades decorrentes e se reproduzir, o trabalhador terá que colocar à venda sua mercadoria – a força de trabalho – sujeitando-se às mesmas leis que determinam o preço das mercadorias em geral.

Sendo a força de trabalho uma mercadoria como outra qualquer no modo de produção capitalista, o seu preço – o salário – também é regido pela lei da oferta e da procura, sofrendo as oscilações em torno do seu custo de produção e esse custo é

determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção dessa mercadoria. O salário – assim como outra mercadoria qualquer – é constituído pelo seu custo de produção, ou seja, tem seu custo expresso pelo preço dos meios de existência e reprodução do trabalhador. E estes – na lógica de lucro do capital – deverão ser cada vez menores para proporcionar maior lucratividade, atraindo assim o fluxo de capitais para essa mercadoria (MARX, 2009; 2012).

Nessa mesma linha de centralidade do salário regendo a vida, Castel (2000) – sem explicitar o termo capitalismo, mas substituindo-o pela denominação de sociedade industrial – afirma que há um amplo domínio do viver do salário, surgindo gradações de assalariados que subordina o operariado a essa condição, criando uma estrutura sofisticada e frágil de sociedade.

...uma relação salarial comporta um modo de remuneração da força de trabalho, o salário – que comanda amplamente o modo de consumo e o modo de vida dos operários e de sua família -, uma forma da disciplina do trabalho que regulamenta o ritmo da produção, e o quadro geral que estrutura a relação de trabalho e as disposições que o cercam. (CASTEL, 2000, p.419).

É vital para o crescimento e acumulação do capital a redução do custo de produção da mercadoria força de trabalho, representado pelo salário, na medida em que

... o valor excedente é sempre igual à proporção da jornada de trabalho total à parte da jornada de trabalho que é necessária para conservar vivo o trabalhador.

...

O valor do capital, portanto, não cresce na mesma proporção em que aumenta a força produtiva, mas na proporção em que o aumento da força produtiva, o multiplicador da força produtiva, divide a fração da jornada de trabalho que expressa a sua parte pertencente ao trabalhador (MARX, 2011, p.266).

Nesse sentido, o aumento da força produtiva representada pelo modelo taylorista/fordista do século XX se esgota em torno do terceiro quartil do século, emergindo um período de crise. Os anos 70 do século passado foram marcados por fortes mudanças no modo de ação capitalista visando fazer frente aos movimentos de reforma ocorridos na década de 60. Aprofunda-se aí o processo de financeirização da economia, ponto fundamental da fase de expansão da mundialização do capital, com impactos de grande monta no mundo do trabalho.

A reestruturação produtiva empreendida pelo capitalismo financeiro e mundializado, tem como consequência a desestruturação do trabalho, cujos eixos principais são a precarização das condições de trabalho e o desemprego.

A precarização do trabalho se concretiza na reversão de conquistas sociais, com a adoção de extensas jornadas, pagamento por produção/serviço e ausência de garantias legais de estabilidade ou proteção contra dispensas, seguridade social, dentre outros avanços conquistados ao longo da industrialização.

É precário porque submete o trabalhador a condições arriscadas para a sua vida, a cruel dominância da concorrência no mercado, sem ações coletivas de enfrentamento, sem segurança de cobertura social no futuro ou de quando não mais puder dispor da força de trabalho (ANTUNES, 2012; BARBOSA, 2012, p. 123).

Para Barbosa (2012), o desemprego sempre foi uma peça estratégica para a exploração do trabalho, atuando como “dosador da oferta da mão de obra”, mas a partir dos anos 70, com o recuo do emprego, a redução de custos sociais do trabalho

passou a funcionar como fonte de rentabilidade do capital, trazendo enormes custos humanos. O desemprego assume proporções aterradoras (segundo a OIT, em 2003, atingiu a marca de 6,2% da mão de obra mundial), sem que se tome medidas efetivas para deter a tendência ao desemprego e degradação das condições de trabalho. Esse conjunto de situações, limita a luta de classes, tanto na periferia como nos países ditos centrais.

Essas duas faces da moeda – desemprego e precarização – respondem materialmente pelas necessidades de rentabilidade financeira, fazendo recuar os salários e as proteções dos contratos de trabalho, legislações específicas e/ou negociações coletivas (BARBOSA, 2012, p. 124).

O Estado surge como o agenciador desses recuos e implementador do aparato legal que corrói os direitos e conquistas trabalhistas. Passa de elemento que intervia no planejamento e estruturação básica para florescer a indústria e formar a “cultura urbano-industrial” a agente liberalizante e desregulamentador para favorecer à ideologia neoliberal (BARBOSA, 2012; POCHMAN, 2012).

O Brasil seguiu a mesma regra dos demais países capitalistas e da linha governamental dos anos 1930 que fomentava a implantação industrial, fazendo crer que o crescimento econômico por si só seria suficiente para promover o progresso social, passa nos anos 90 a desconstruir as conquistas fruto da mobilização dos trabalhadores, encampando a flexibilização organizacional, produtiva e trabalhista no sentido de uma integração ditada pela economia mundial. O Estado brasileiro abre mão de seu papel ativo na estruturação do trabalho e estrategista do desenvolvimento econômico. Para agravar a situação, há um refluxo dos movimentos populares, aumentando o impacto sobre o mundo do trabalho:

A ascensão das teses neoliberais e de financeirização da economia se deram concomitantemente à despolitização das alternativas societárias e descenso dos movimentos populares de massa, o que conduziu o conflito de classes para maior penalização do trabalho. (BARBOSA, 2012, p. 127).

De acordo Pochman (2012), para tratar do desemprego, o país continua com a adoção de políticas públicas fragmentadas, resultando em desarticulação e desperdício de recursos e ao lado disso, o volume investido em políticas de emprego é pífio. A título de ilustração, em 2001, a Espanha que estava num patamar de desemprego semelhante ao do Brasil, investia na sua política de emprego 2,6% do PIB. Ao passo que o governo brasileiro apenas investia menos de 1%. Do ano de 1995 ao ano 2000, o desemprego cresceu 155,5%, enquanto que o investimento em políticas públicas de emprego teve um incremento de 64,7%, demonstrando a continuidade de medidas ocasionais, fragmentadas e mais de alívio de tensões do que estruturantes. Assinale-se a distribuição assimétrica entre as regiões e os setores da economia, agravando as desigualdades sociais.

Desde 1980, contudo, o ciclo de financeirização da riqueza vem promovendo uma maior desvalorização do trabalho. A desestruturação do mercado de trabalho, caracterizada pelo crescente desemprego aberto, pelo desassalariamento e pela maior geração de postos de trabalho precário, constitui um cenário que exige uma alteração radical nos rumos das políticas públicas de emprego (POCHMAN, 2012, p. 57).

O alívio do desemprego a partir de 2004, tanto pelas medidas adotadas, como pela conjuntura internacional, não mudam, entretanto, o curso do neoliberalismo que tem como princípio a redução de custos do trabalho para obtenção maior de lucratividade, a exemplo da flexibilização dos contratos de trabalho e redução de gastos sociais. Essa orientação ainda está presente e condutora do mercado de

trabalho, haja vista a retomada de ataque aos direitos trabalhistas pelo congresso eleito em 2014 (ANTUNES, 2012; BARBOSA, 2012, POCHMAN, 2012).

4. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA BAHIA E A RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO

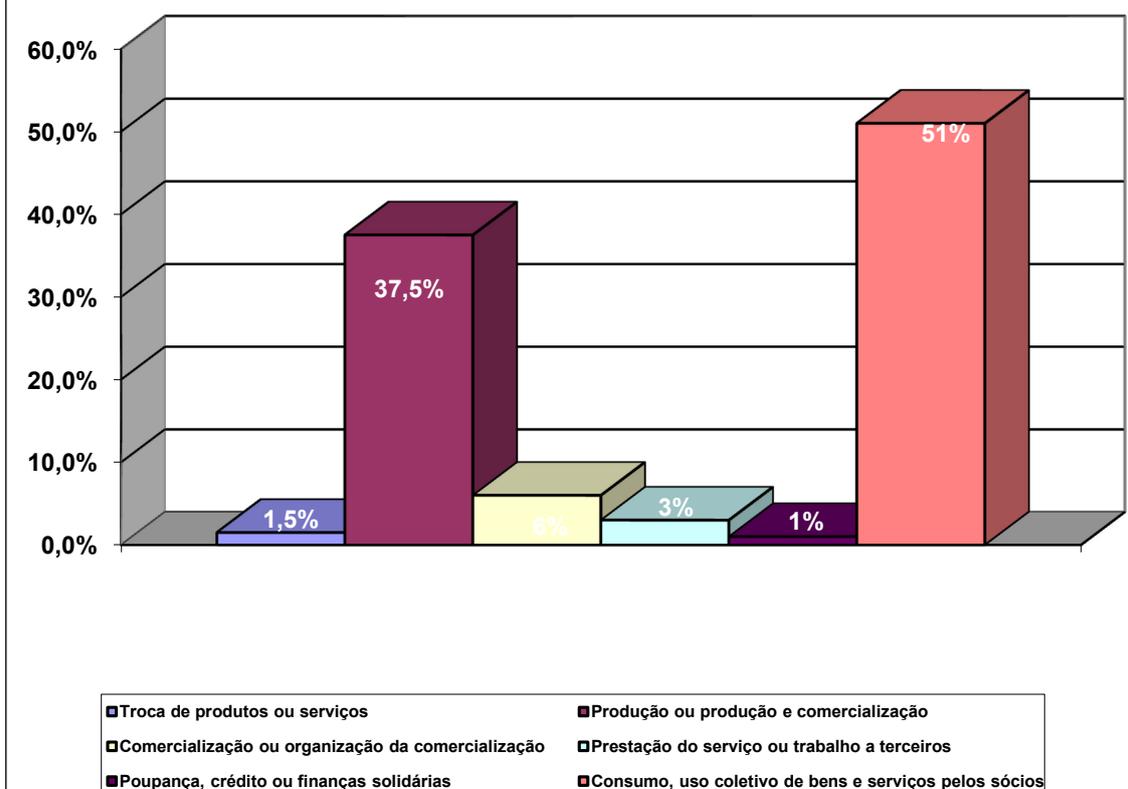
A Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, braço do governo federal que tem a seu encargo o fomento, a divulgação e consolidação da economia solidária no Brasil, tem entre suas ações a construção do Atlas da Economia Solidária no Brasil. Esse compêndio amplo e minucioso sobre os empreendimentos da economia solidária do país é oriundo do Sistema de Informação da Economia Solidária – SIES, o qual serve de fonte para a discussão a seguir. A versão do SIES utilizada é a da pesquisa 2010-2012 e como recorte, tomou-se o Estado da Bahia.

Os empreendimentos da economia solidária na Bahia – 1.452 instituições catalogadas pelo SIES – em sua grande maioria tem menos de 15 anos (82,9%), sendo que 44% dessas instituições se formaram a partir de 2003. São constituídas formalmente 516 instituições (36%), ao passo que 936 fazem parte do grupo não formalizado juridicamente (64%).

Os sócios e sócias que compõem os empreendimentos baianos pertencem, maciçamente, à categoria social de agricultores familiares – cerca de 77% - seguido de artesãos com 8% do total de empreendimentos. Técnicos e profissionais de nível superior compõem uma fatia irrisória do total, com 0,6%. A categoria de desempregados ou desocupados compõe cerca de 2% dos empreendimentos. Dentre as atividades econômicas, conforme o gráfico 1, destacam-se dois tipos: a) consumo, uso coletivo de bens e serviços – abrangendo 51% dos empreendimentos; e b) a produção e comercialização – praticada por 38% dos empreendimentos.

Em relação ao gênero, há uma ligeira maioria de homens, com 53%, contra 47% das mulheres dos 93.509 trabalhadores que compõem as unidades. Em termos de faixa etária, o relatório do SIES divide os associados dos empreendimentos em jovens, adultos e idosos. A faixa etária jovem constitui 7,3% do total dos participantes. A faixa classificada como adulta é amplamente predominante e registra 80,5% de pessoas que trabalham nos empreendimentos, enquanto que os idosos constituem a faixa minoritária, com apenas 2,4% do total.

Gráfico 1. Principais atividades econômicas dos participantes dos EES, Bahia 2012



Fonte: Brasil – Ministério do Trabalho e Emprego, 2014.

Nos últimos doze meses, a grande maioria desses empreendimentos não realizou investimentos. De 1.452 pesquisados, 1.030 disseram não ter realizado ações de investimento (aproximadamente 71%). Em relação ao uso de crédito ou financiamento, elemento que tem estreita ligação com o investimento, a situação guarda uma semelhança: cerca de 78% dos empreendimentos (1.131 unidades dentre 1.452) não buscou crédito ou financiamento. Enquanto que 214 empreendimentos (15% do total) buscou recursos por essas vias, mas não obteve êxito e somente 7% deles obteve sucesso na sua busca.

Consta ainda do relatório do SIES que o acesso a assessoria ou capacitação dos componentes dos empreendimentos econômicos solidários da Bahia foi aproveitado por, aproximadamente, 48% para fins de assistência técnica ou gerencial e qualificação profissional, superando a média nacional que assinala esse tipo de acesso para 38% dos empreendimentos. Outros tipos de apoio que merecem destaque são a formação sócio-política que abrange a 13% dos empreendimentos e elaboração de projetos para 16% dos empreendimentos pesquisados.

Em uma aproximação e reflexão específica sobre estas questões apresentadas, pode-se destacar que é sabido que o crédito e o financiamento são elementos alavancadores do desenvolvimento econômico de qualquer instituição comercial. Várias barreiras, no entanto, dificultam esse acesso, obstruindo o empreendimento de lançar mão desses instrumentos para seu crescimento. Dentre as barreiras mais comuns estão os juros altos, garantias exigidas, desconhecimento técnico e assessoria. Chama a atenção, o fato de que embora com uma significativa

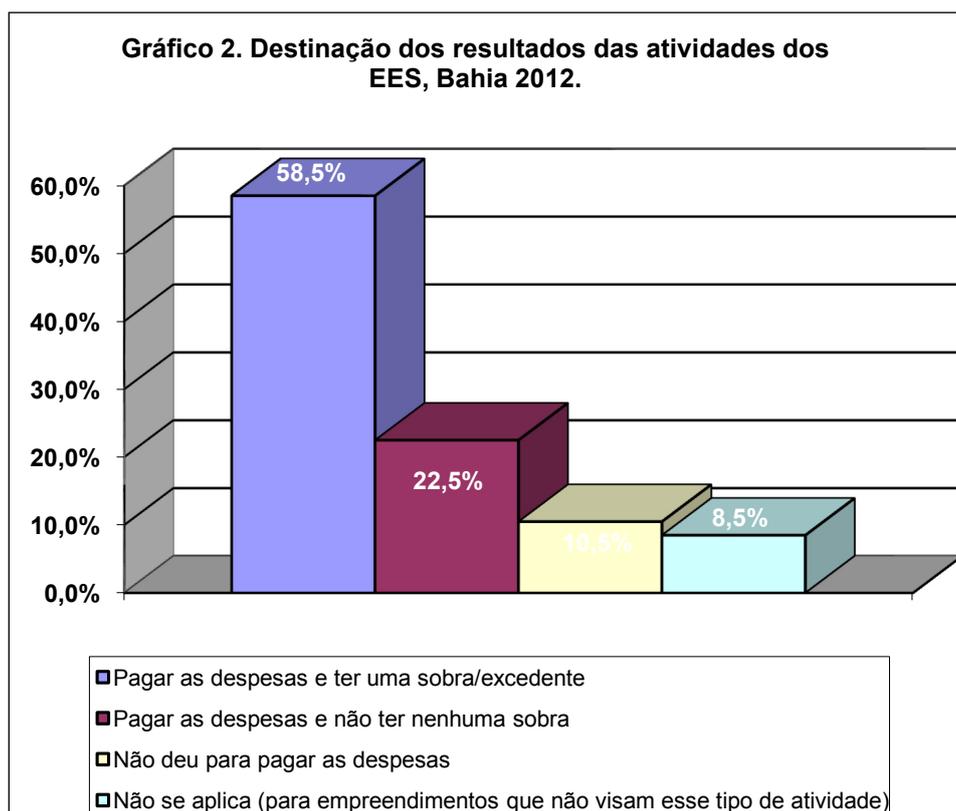
assessoria e qualificação, bem como com um percentual não desprezível de projetos, a grande maioria desses empreendimentos sequer busquem crédito ou financiamento para ampliar suas posições. Pode-se tomar como hipótese que a política bancária está funcionando como uma barreira aos empreendimentos da economia solidária. Por outro lado, sabe-se que há políticas públicas no país de incentivo a geração de trabalho e renda, via editais públicos de financiamentos não reembolsáveis. Entretanto, há uma discrepância entre o percentual de projetos elaborados e o percentual irrisório de empreendimentos que conseguiram financiamento.

Sobre a geração de trabalho e renda, dos 545 empreendimentos que responderam sobre a preponderância de sua renda obtida, para 129 (em torno de 24% do total de respondentes) é classificada de fonte principal para seus sócios. Para 157 empreendimentos (29% dos respondentes), a renda obtida é um complemento de rendimentos recebido em outras atividades dos sócios. E, 26 dos empreendimentos (mais ou menos 5%) afirmam que a renda que obtém serve de complemento a recursos recebidos por doações, programas ou aposentadorias e pensões.

Ainda nesse bloco de respondentes (545 empreendimentos), 57% afirmam que o empreendimento tem conseguido remunerar os sócios que trabalham, contra 43% que não conseguem tal intento. O relatório do SIES aponta valores de renda obtida em duas das faixas etárias citadas. Os jovens conseguem uma renda média de R\$ 720,00 ao mês. É registrado também que essa faixa de idade tem como valor máximo de renda conseguido R\$ 1.090,00 e valor mínimo R\$ 275,00. Para os adultos – faixa etária predominante – a renda média mensal é de R\$ 327,00, enquanto que o valor máximo que um adulto consegue obter é de R\$ 522,00 e o mínimo R\$ 115,00. Não aparecem esses valores para a faixa dos idosos e essa não informação pode se presumir que é devido a dois fatores: baixo percentual dessa categoria e a sua renda vem da aposentadoria oficial.

Em relação aos resultados da atividade econômica do empreendimento, excetuando-se os recursos oriundos de doação, dos 1.452 empreendimentos econômicos solidários da Bahia, conforme apresentado no gráfico 2, 850 deles (cerca de 59%) afirmam que a receita do ano anterior foi suficiente para pagar as despesas e gerar um excedente (na linguagem cooperativista: sobra). Para 327 (cerca de 23%), a receita se equipaleu às despesas, não contabilizando sobras e, para 151 empreendimentos (10% do total), a receita foi inferior às despesas.

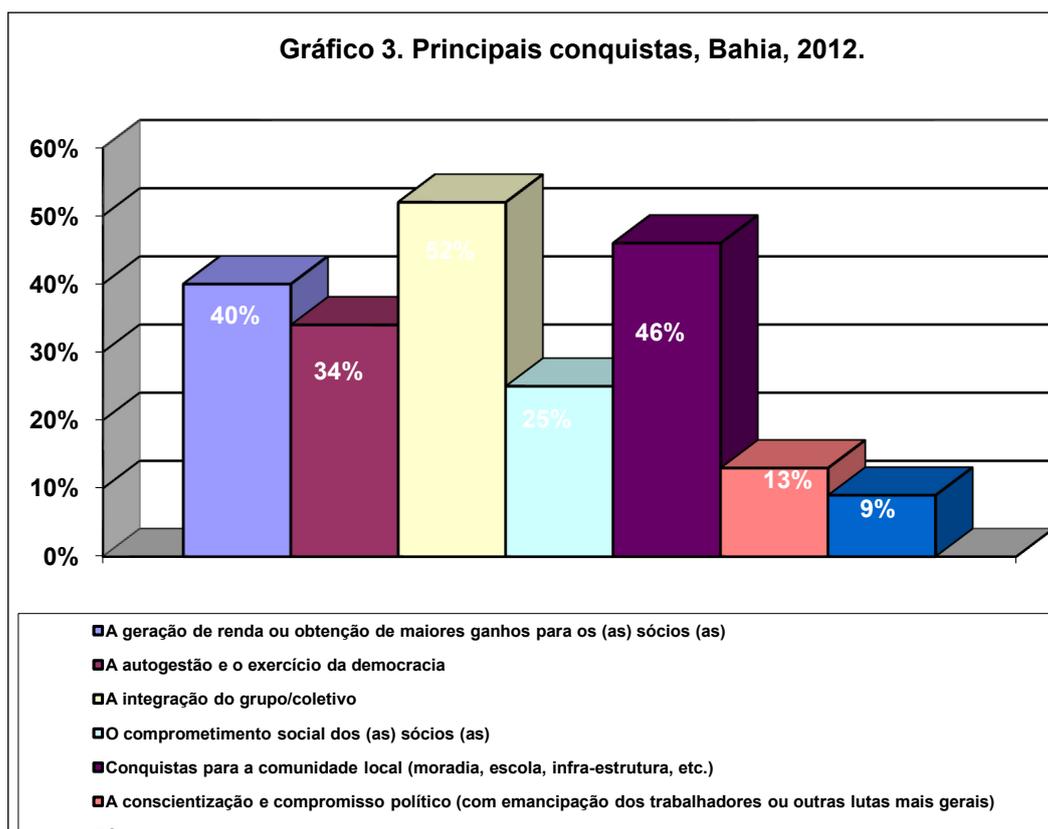
Não é confortável o quadro que se apresenta a geração de trabalho e renda dos empreendimentos econômicos solidários, em se tomando a economia solidária como uma alternativa ao capitalismo, como afirma Singer (2002). A alternativa deixa a desejar pois somente para um quarto de seus trabalhadores serve como renda principal e para um terço, a renda obtida via empreendimentos da economia solidária fica na condição de um complemento. Agrava-se essa situação se levarmos em conta que quase a metade dos empreendimentos (43%) não consegue remunerar seus sócios, com sua renda. Além disso, 40% dos empreendimentos não conseguem gerar sobras que serviriam de algum modo como elemento propulsor do crescimento do empreendimento. Note-se que em cerca de 10% dos empreendimentos há um déficit, aumentando a fragilidade desse tipo de instituição comercial que já não dispõe ou tem dificuldade de dispor de crédito ou financiamento, como visto.



Fonte: Brasil – Ministério do Trabalho e Emprego, 2014.

Mais alarmante ainda é a análise dos valores mensais recebidos. A ampla maioria dos trabalhadores – a faixa dos adultos – recebe um valor médio de R\$ 327,00 que no ano de 2012 (encerramento da pesquisa), representava 52,6% do salário mínimo vigente no país (R\$ 622,00). Essa faixa etária dos trabalhadores nos empreendimentos solidários da Bahia, tem uma remuneração precária. Nem o seu mais alto valor consegue atingir o salário mínimo. É bom se ressaltar que mesmo com essas remunerações parcas, quase a metade das instituições não consegue remunerar seus sócios, coadunando-se com o quadro de que para a maioria dos cooperados a renda obtida é apenas um complemento de outras atividades ou de aposentadorias e pensões. Isso demonstra a fragilidade econômica desses empreendimentos que se vislumbra ser uma alternativa ao desemprego e exclusão provocados pela natureza do sistema capitalista.

A confirmação deste olhar fica perfeitamente clara quando os componentes dos EES consultados respondem sobre as principais conquistas auferidas a partir das suas participações e funcionamento dos EES. Nesta perspectiva, como representado no gráfico 3, a geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os (as) sócios (as) se apresenta, apenas, no terceiro lugar com 40% de respostas, sendo superada pelo comprometimento social dos (as) sócios (as) que se apresentou com 52% das respostas e conquistas para a comunidade local (moradia, escola, infra-estrutura, etc.) que chegou a 46%.



Fonte: Brasil – Ministério do Trabalho e Emprego, 2014.

5. CONCLUSÃO

Partindo-se do propósito desse artigo que é de avaliar o impacto da estratégia da economia solidária para a sobrevivência de trabalhadores marginalizados pelo sistema capitalista de produção, a conclusão é de que a estratégia está muito aquém de ser uma alternativa que se contraponha ao capitalismo.

Do ponto de vista marxista, o ganho auferido pelos trabalhadores nos empreendimentos referidos vão no sentido de baratear a mercadoria salário, favorecendo à extração de mais valia através do sobretrabalho. Por outro lado, os associados, mesmo dos grupos formais, não contam com as proteções sociais de seguridade – aposentadoria, doenças, invalidez – nem outros direitos, a exemplo de férias remuneradas. A situação fica mais complexa com a realidade de que a ampla maioria dos empreendimentos funcionam no espaço da informalidade.

O quadro que se apresenta de irrisórias remunerações ou mesmo falta delas, informalidade e empreendimentos que não buscam uma consolidação ou crescimento, refletido pelo baixo interesse em investimentos e financiamentos, conduz a um pensar na economia solidária nos moldes da realidade vista mais como uma aliada da precarização das condições de trabalho do que em uma alternativa de combate aos efeitos colaterais do capitalismo, maléficos aos trabalhadores. Sem uma mudança de rumo, os empreendimentos econômicos solidários baianos estão, como apontam Antunes, Barbosa e Pochman, contribuindo para a desestruturação do trabalho, ao criar um ambiente de precarização e flexibilização das leis trabalhistas, resultando no retrocesso de conquistas.

Mas, não são os empreendimentos que tem o poder de decisão sobre as correções a serem implementadas. O Estado tem de assumir o propósito que o levou a formalizar a política pública. No caso da economia solidária, desde 2003 que foi elevada à categoria de política pública, mas até hoje não conta com um marco legal que atenda suas especificidades. Essa falta de arcabouço jurídico, certamente é um limitador das possibilidades dos empreendimentos econômicos solidários para acessar financiamento e crédito, bem como é barreira para acessar mercados institucionais via licitações. A morosidade e falta de atitudes do Estado para diminuir a assimetria que esses pequenos empreendimentos enfrentam no mercado capitalista, coloca esse Estado como um agente defensor dos interesses do capital em detrimento dos trabalhadores.

O espelho mostrado no relatório do SIES e aqui analisado, leva à conclusão de que a política pública da economia solidária como está posta, não atende o seu público alvo que segundo Barbosa (2012) são os trabalhadores sem trabalho, sem renda, sem escolaridade, sem acesso a crédito e com mínimas condições de escoamento de sua produção, vivendo em condições precárias.

REFERENCIAS

ANTUNES, Ricardo. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais (capítulo 3). In: SILVA, Maria O. S. & YAZBECK, Maria C. (org) Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

ARROYO, João C. T. & SCHUCH, Flávio C. Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

BARBOSA, Rosângela N. C. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho (capítulo 6). In: SILVA, Maria O. S. & YAZBECK, Maria C. (org) Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

HUNT, E. K. História do pensamento econômico. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

_____. Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. Contribuição à crítica da economia política. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MTE. Atlas da economia solidária, 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp>. Acesso em: 06 de maio de 2015.

_____. Economia solidária. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria>>. Acesso em: 07 de maio de 2015.

MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em: 08 de junho de 2013.

NUNES, Débora. A Economia solidária como projeto de sociedade (p.37-60). In: Bahia. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Economia sustentável. Salvador: SETRE, 2011.

OCB. <http://www.ocb.org.br/site/ocb>. Acesso em: 06 de maio de 2015.

POCHMAN, Márcio. Rumos da política do trabalho no Brasil (capítulo 2). In: SILVA, Maria O. S. & YAZBECK, Maria C. (org) Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

SENAES. Relatário Nacional.
<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_asp>. Acesso em 06 de maio de 2015.

SILVA, Maria O. S. & YAZBECK, Maria C. (org) Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo – capítulo 1. 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.